

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: HÁ LUGAR PARA A DIVERSIDADE NA DOCÊNCIA?

BEGINING TEACHER TRAINING: IS THERE A ROOM FOR DIVERSITY IN TEACHING?

FORMACIÓN INICIAL DE PROFESORES: HAY UN ESPACIO PARA LA DIVERSIDAD EN LA DOCENCIA

Joceane Santos Dornelles¹
Valeska Maria Fortes de Oliveira²
Cristiane Bittencourt Reginaldo³
Tania Micheline Miorando⁴

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa “Imaginários, formação e políticas de democratização da educação”. A partir do mapeamento, realizado no Sul do Brasil, de cursos como Pedagogia, licenciaturas em Química, Matemática, Física e Ciências Biológicas - de Institutos e Universidades Federais - temos por objetivo apresentar as perspectivas formadoras de currículos que acolheram as orientações das Diretrizes 2/2015 (BRASIL, 2015) e abriram espaço para a diversidade na formação inicial das licenciaturas. A metodologia utilizada é quantitativa, detendo-se na Análise Documental e de Conteúdo sobre as DCNs de 2015; ainda, realizaram-se questionários e entrevistas com os coordenadores, docentes e discentes dos cursos supramencionados. Os resultados indicam que nos documentos e no discurso dos professores há o reconhecimento acerca da importância da diversidade para a formação inicial de professores, entretanto, ainda há o receio em aprofundar as discussões em disciplinas que se dediquem ao estudo que pauteste tema.

Palavras-chave: Imaginários, Formação Inicial de Professores, Diversidade.

Abstract: This work is part of the research “Imaginary, formation and policies of democratization of education”, which from the mapping carried out of courses, in the South of Brazil, as Pedagogy, degrees in Chemistry, Mathematics, Physics and Biological Sciences - of Institutes and Universities Federal - we aim to present the curriculum-forming perspectives that embraced the guidelines of BRASIL Guidelines 2/2015 (BRASIL, 2015) and opened up space for diversity in the initial training of degrees. The methodology used is quantitative and qualitative, focusing on Document and Content Analysis on the 2015 DCNs; questionnaires and interviews, carried out with the coordinators, teachers and students of the aforementioned courses. The results indicate that in the documents and statements of the teachers there is recognition of the importance of diversity for the initial training of teachers, however, there is still a fear of deepening discussions in disciplines that are dedicated to the study that guides this theme.

Keywords: Imaginaries, Initial Teacher Training, Diversity.

¹ Acadêmica do Curso de Matemática da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista da Pesquisa. joceanedornelles.17@gmail.com

² Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Coordenadora da Pesquisa. Líder do GEPEIS. (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social) vfortesdeoliveira@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista da Pesquisa. crisbittencourt@hotmail.com

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Pesquisadora do GEPEIS, vice-líder do grupo. tmiorando@gmail.com

Resumen: Este trabajo se enmarca en la investigación “Imaginarios, formación y políticas de democratización de la educación”. A partir del mapeo, realizado en el Sur de Brasil, de cursos como Pedagogía, Licenciaturas en Química, Matemáticas, Física y Ciencias Biológicas - de Institutos y Universidades Federales - pretendemos presentar las perspectivas que forman currículos que han aceptado las pautas de Directrices 2/ 2015 (BRASIL, 2015) y permitieron la inclusión de la diversidad en la formación inicial de los grados. La metodología utilizada es cuantitativa y cualitativa, enfocándose en el Análisis de Documento y Contenido sobre las DCN 2015; sin embargo, se realizaron cuestionarios y entrevistas a los coordinadores, docentes y estudiantes de los cursos antes mencionados. Los resultados indican que en los documentos y en el discurso de los docentes existe un reconocimiento sobre la importancia de la diversidad para la formación inicial de los docentes, sin embargo, aún existe el temor de profundizar las discusiones en las disciplinas que se dedican al estudio que orienta esta tema.

Palabras-clave: Imaginarios, Formación Inicial Docente, Diversidad.

Submetido 08/02/2023

Aceito 25/04/2023

Publicado 26/04/2023

Introdução

Temos presenciado cotidianamente ações de violência de gênero, transgênero, étnica, de credo religioso e também geracionais numa sociedade com dificuldades de enfrentamento de questões estruturais, como o racismo. As diversidades precisam ser enfrentadas e problematizadas para que possamos avançar na implementação de políticas de inclusão no país. “Políticas públicas e ações de enfrentamento podem proporcionar mudanças neste cenário de discriminação.” (KESSLER; SOARES e BORGES, p. 85). O estranhamento a que fomos levados a pautar nos estudos investigativos da formação inicial para a docência é a sua ausência ou, quando provocada a estar nas rodas de conversas, em aulas, são rapidamente desencorajadas a serem estudadas e reconhecidas. Este trabalho tem por objetivo apresentar as perspectivas formadoras de currículos que acolheram as orientações das Diretrizes 2/2015 (BRASIL, 2015) e abriam espaço para as diversidades na formação inicial das licenciaturas. Buscamos compreender como a formação de professores, pela ótica da diversidade, estava organizada e experienciada, aproximando-nos da comunidade acadêmica em conversas com os formadores e os licenciandos.

Essa investigação faz parte do projeto de pesquisa: Imaginário, Formação e Políticas de Democratização da Educação, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Imaginário Social (GEPEIS), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O Gepeis, que atua desde 1993, está vinculado ao Departamento de Fundamentos da Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria, e traz, fortemente, o estudo da formação de professores, pelo Imaginário Social, de Cornelius Castoriadis (1982). A pesquisa iniciada em dois mil e dezenove e concluída no ano de dois mil e vinte e três foi realizada em rede. Contamos com a possibilidade do trabalho em rede de forma remota com pesquisadora da Universidade do Pampa, campus São Borja, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, pesquisadoras do Instituto Federal Farroupilha, e a coordenação sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Maria. Nosso grupo de bolsistas foi grande, e contamos com vários (as) voluntários que participaram pelas diferentes IES. As discussões que acolhemos, estão voltadas à Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, considerando os imaginários que mobilizam a docência nos diversos processos identitários do professor, a partir das trajetórias formativas, da produção dos saberes e da aprendizagem docente. Investimos na categoria central de Castoriadis, a criação, e no imaginário radical,

capaz de pensar e propor outras formas, outras normas e comportamentos sociais. Compreender onde chegamos e como chegamos até aqui para que ações educacionais, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada possam propor outras pautas, outras gramáticas, invisibilizadas por outras narrativas e tempos históricos. A diversidade também nos uniu. Mulheres pesquisadoras, mas acima de tudo, formadoras de outros professores implicadas com as questões sociais, dos direitos humanos e com a inclusão.

O trabalho que apresentamos procurou compreender o olhar dos professores acerca da diversidade, desde os processos formativos, no que se fez presente nos currículos, a partir do que sugeria a Resolução N° 2/2015 (BRASIL, 2015). Diversos questionamentos foram pontuando nossa investigação: a diversidade que atravessa nossas vidas, estava sendo considerada pelos conhecimentos prévios que carregamos em nossas histórias de vida? As discussões que perpassam a formação inicial se mostraram nos currículos formadores para além de uma demanda solicitada em diretrizes curriculares em uma legislação? As normativas curriculares foram efetivadas em tempo previsto e respeitado entre uma promulgação legislativa e o transcurso de um período com a inserção desses novos componentes para a formação?

A problematização que um conjunto de diretrizes acarreta ao perfil de formação de uma turma de professores foi o que mais se destacou durante a realização deste estudo. O tempo de uma legislação e sua execução mostrou-se em tensão entre os campos políticos que se constituíram em um curto espaço de tempo. E aqui, trazemos parte dos estudos feitos em um recorte que nos possibilita mostrar perspectivas formadoras de currículos que acolheram as orientações das Diretrizes 2/2015 (BRASIL, 2015) que abriam espaço para a diversidade na formação inicial nas licenciaturas e logo depois entraram em revisão, dado um novo conjunto de diretrizes, promulgadas em 2019 - a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), sob uma normativa homologada em Resolução pela CNE/CP nº 2, de 19 dezembro de 2019 (BRASIL, 2019). Já no primeiro ano da pesquisa fomos surpreendidas pela publicação de outra normativa, sendo que a primeira ainda não havia sido implantada em muitos dos cursos analisados e, ainda não tínhamos uma turma formada com a Resolução de 2/2015. Afirmávamos que se tratava de tensão em dois imaginários políticos no país, mas talvez, aprofundando um pouco mais, mais do que dois imaginários, um país e uma política polarizados por concepções distintas.

A seguir, apontamos a trajetória metodológica que compôs a investigação em seus diferentes momentos. Investimos em buscas que tentavam sustentar as argumentações que emergiam entre períodos que se sobressaltavam ameaças de rompimento ao processo iniciado em 2015 e rompido em 2019, pelo encurtamento dos prazos previstos e necessários à formação de uma turma que se instituía, obedecendo às regras legislativas.

Nosso caminho da pesquisa

Iniciado em 2019, este projeto se constituiu, primeiramente, a partir de uma análise documental (GIL, 2012; LAKATOS; MARCONI, 2009) das Diretrizes 2/2015 (BRASIL, 2015) e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Desse modo, foi realizado o mapeamento de quarenta e cinco Projetos Pedagógicos de Curso (PPC): de Pedagogia, das licenciaturas em Química, Matemática, Física e Ciências Biológicas, de três Institutos e seis Universidades Federais do sul do Brasil - com o fito de averiguar como e se os cursos de formação inicial de professores discutiam a diversidade proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais 2/2015 (BRASIL, 2015) e as adaptaram em seus currículos.

Posteriormente, para isso, demandou-se um contato com os coordenadores, docentes e discentes dos cursos investigados, a fim de que fosse possível compreender como esse processo ocorreu, pela análise de conteúdo (BARDIN, 2012). Nesta etapa, buscamos prover os dados que completavam os cenários curriculares dos diversos cursos de licenciatura, comuns, mas desenhados em contextos próprios das demandas de suas regiões. Tão logo iniciamos a sistematização das informações recolhidas, uma nova Resolução foi promulgada (BRASIL, 2019) e as discussões nos colocavam frente ao questionamento de um desenho comum nacional, que destacavam aspectos formativos, mas que não nos convenciam de sua prioridade.

O planejamento inicial era de que esse contato fosse efetuado presencialmente, onde os pesquisadores iriam se locomover às instituições de ensino e dialogar com os participantes (coordenadores, professores e alunos). No entanto, devido à pandemia de Covid-19, foi crucial que tal contato ocorresse no formato remoto. Diante disso, tal interação foi efetivada via Formulários do *Google* e entrevistas via *Google Meet*, onde os convites, para os participantes, eram enviados via *email*. Nesse momento, como único meio de contato, percebemos a facilidade pelo não gasto de recursos para as longas distâncias, mas a dificuldade em deixarem registradas suas opiniões escritas ou gravadas em áudio ou vídeo, frente ao cerceamento que

estava se interpondo na Educação como um todo, mas especialmente sobre o tema desta investigação, no Ensino Superior.

Por conta desse distanciamento, o contato era, um tanto, restrito, visto que os primeiros e-mails foram enviados para os coordenadores. Os contatos se efetivavam quando e se respondidos, pois eles nos repassavam os emails dos professores responsáveis pelas disciplinas que contemplavam a temática da diversidade, bem como, o contato dos alunos que estavam inseridos nas escolas, por meio de estágios e bolsas (possíveis formandos). Por conta de todo esse processo, muitos coordenadores não respondiam. Muitos professores e alunos não fizeram ou responderam nossas tentativas de interação. Sabemos que durante a pandemia, muitas pessoas foram convidadas a participar de ações e pelo volume de trabalho que enfrentavam remotamente, não aderiam a convites de mais demandas. Mas também, lançamos uma hipótese que, respondia para nós, a não adequação de muitos cursos aos desafios propostos pela Resolução 2/2025: a dificuldade de muitos formadores e gestores de enfrentar os temas propostos, especialmente no que diz respeito às diversidades na cultura e na sociedade brasileira.

Porém, na entrevista com os professores que responderam ao convite, as questões formuladas tratavam das diversidades e se estavam sendo trabalhadas por dentro do que estabelecia o currículo ou estava sendo trabalhadas em momentos previstos extracurricularmente. Estávamos curiosos em saber se a discussão havia iniciado antes ou se teve início apenas após a publicação das DCNs de 2015 (BRASIL, 2015). Procuramos saber também como os Projetos de Curso de licenciatura faziam a inserção (ou não) desta temática na formação inicial de professores.

Os estudos deste projeto dirigem-se à sua finalização, desenhando uma sistematização de todas as informações que foram sendo trazidas. Procuramos transformar em dados o levantamento que fomos completando e se sustentavam junto do arcabouço argumentativo que compúnhamos. Durante a trajetória de estudo para esta pesquisa trouxemos autores que foram ampliando o diálogo, pois também organizavam em suas investigações a temática que circundava o contexto pautado, por sua vez, legitimados em círculos de pares.

Apresentando nossas referências

A pesquisa está fundamentada no imaginário social, de Cornelius Castoriadis (1982), produzido a partir da concepção de que há um imaginário instituído - estabelecido no presente mas também oriundo da tradição- e um imaginário instituinte - o novo que vem movimentar o que estava dado, o imaginário instituído. Desse modo, é cabível realçar que tais imaginários - instituinte e instituído - estão presentes na sociedade e no contexto de formação inicial de professores, no Brasil, na construção dos currículos de cursos, pois enquanto as Diretrizes 2/2015 (BRASIL, 2015) estavam em processo de implantação, surgiram novas orientações pela Resolução N° 2/2019 (BRASIL, 2019), caracterizando-se como instituinte, visto que se sobrepunha a diretriz anterior. São sempre imaginários em tensão, o instituído carrega o que está “feito” e o instituinte o “a ser feito”. Somos seres de imaginação criadora, capazes de instituir outro mundo, outras formas de ser e de viver neste mundo. Compartilhamos com Pinheiro-Machado 2019, p. 183), quando afirma: “No Brasil de hoje, o derrotismo tende a tomar conta de todas as esferas da vida social. Lamentamos a vitória da extrema-direita, não enxergamos saídas e deixamos que essa angústia nos imobilize.”

Mas é da esperança que nos nutrimos na nossa capacidade de alterar pela formação, pela educação, processos instituídos, comportamentos perversos e ações desumanas. “Esperança, substantivo feminino.” (PINHEIRO-MACHADO, p. 183)

O retrocesso em questão se dá pelo fato de que enquanto as Diretrizes de 2015 (BRASIL, 2015) trabalhavam a diversidade de forma mais abrangente, onde havia uma recomendação para que os cursos de formação inicial trabalhassem as “diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional (Art. 13)”, as Diretrizes de 2019 (BRASIL, 2019), assim como as de 2002 (BRASIL, 2002), não enfatizam ou recomendam que as diversidades sejam trabalhadas, convidando os/as professores/as a tal decisão.

Posto isto, passamos a explorar como tal mudança poderia afetar a formação dos professores em formação, uma vez que, quando retirado tal especificação da normativa, de certo modo, acarretaria na pauperização das ofertas de disciplinas nos currículos de formação inicial, que abrangesse a diversidade. Dessa forma, baseando-se na concepção de experiência formativa (JOSSO, 2010), desses sujeitos, inferiu-se que ela sucederia na carência desse conhecimento para a atuação em sala de aula. Essa era uma de nossas hipóteses – a ausência de experiências e de experimentações na formação inicial, dificultaria o (a) futuro (a) professor (o)

a acolher essas temáticas no cotidiano do seu trabalho na escola. Sobre este tema, a pesquisa estimulou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Pedagogia a ouvir as (os) estudantes do curso sobre como se sentiam para o trabalho com as diversidades nas escolas. O que ouvimos não foi estimulante, nem como formadores, nem mesmo para as gestoras convidadas para ouvir a apresentação final na defesa do TCC.

A escolha dos sujeitos da pesquisa - coordenadores, docentes e discentes - pautou-se na compreensão de que, por ser uma pesquisa que dava abertura à narrativa autobiográfica (PINEAU, 2011), o sujeito, que é capaz de dialogar e, assim, expressar como essa mudança iria, ou não, interferir na sua vida, seja ela pessoal, como profissional, a partir da noção de que tal medida expressa qual o imaginário que se faz presente na sociedade em que o sujeito está inserido. Essa dimensão da pesquisa ficou, comprometida, pois pelos dois anos de trabalho remoto, inclusive em relação às reuniões de estudos, de organização, produção e análise coletiva dos dados, conseguimos realizar entrevistas. Nosso interesse em produzir rodas de conversa como os imaginários que fossem aparecendo ficou como um desafio para a continuidade da pesquisa.

Por fim, a investigação partiu da preocupação do obstáculo que uma diretriz pode promover quando criada por um coletivo que não se preocupa com o bem-estar social que englobe as minorias. Tal apreensão, fundamentou-se no entendimento de que para se trabalhar a igualdade, a equidade e o respeito ao próximo, é necessário que a escola promova a discussão acerca da pluralidade. Esse trabalho exterioriza o dever com a sociedade que a escola dispõe:

Entendemos que o espaço educacional deve incentivar o aprendizado e o respeito às diferenças. Aprender com as diferenças é proporcionar um ambiente mais seguro para a expressão de ideias e desejos. É, ainda, conforme Miskolci (2016), mudar as relações de poder e questionar desigualdades. É permitir a manifestação de idiosincrasias e comemorar os sujeitos e as suas singularidades. (KESSLER, SOARES, BORGES, 2019, p. 86)

Assim, para que o sistema seja igualitário, democrático e libertador, a temática da diversidade deve ser apresentada pelos professores aos alunos, de modo que cada sujeito seja capaz de pensar por si, reconhecendo-se como um ser singular em um mundo de pluralidades. Para tal, os docentes precisam sentir-se aptos para promover o debate, a fim de que, como

mediadores, possam convidar ao diálogo da melhor forma e apresentar as diferentes perspectivas.

Trazendo alguns dos nossos “achados”

O contato com os diversos cursos de licenciatura durante este projeto de pesquisa nos levou a ampliar os olhares, mesmo naquele momento, imersos em um cenário bastante confuso. Diretrizes nacionais para a formação sendo rapidamente confirmadas no currículo (BRASIL, 2015), finalizando um prazo de adequação e o susto de novas orientações (BRASIL, 2019), em um prazo ainda menor para adequação. Como readequar sem antes estudá-las e compreendê-las? De onde provinham as novas orientações?

A partir das falas dos professores, percebemos que nem todas as instituições haviam finalizado as discussões acerca da inserção da diversidade nos currículos dos cursos, de acordo com as Diretrizes 2/2015 (BRASIL, 2015). E como agir enquanto chegava uma nova orientação para mudanças, outra vez sob orientação legislativa (BRASIL, 2019)? Nas orientações de 2015, a qual especificava quais as diversidades deveriam estar presentes nos currículos de formação de professores, mesmo apresentadas de forma ampla, caracterizava relevância para todas, conforme os programas curriculares gostariam de se organizar.

Tais discussões levaram um longo período para serem finalizadas, considerando a complexidade que elas eram vistas. Aqui emergiu indícios de um imaginário instituinte para a abertura de uma formação que contemplava temáticas da diversidade e, por conseguinte, as áreas que abria para o estudo. O fechamento brusco e restrição nas orientações para esta formação, provocou cautela em relação aos movimentos de resistência, posto que vinham em conjunto com o encorajamento a denúncias frente às falas dos professores.

Os debates dentro dessa trama, quando ousassem ampliar a possibilidade de diálogo e um redesenho dos currículos, eram orientados a contemplar as novas recomendações, pois que também se ligavam à avaliação dos cursos e sua continuidade. Aos professores, formadores e em formação, ainda questionamos qual sentimento se interpôs em relação aos temas. O silêncio ou as tímidas mobilizações por parte de um grande grupo foram contestados, encorajadas por associações consolidadas, e mostravam a força de estudos anteriores que levaram à promulgação da Resolução de 2015 (BRASIL, 2015). Mas tudo passava por reiniciar a ouvir os cursos e rever os currículos.

Destacamos que há resistência da área das Ciências Exatas em dialogar sobre a diversidade, considerando que a mesma está pautada mais na aplicação de conteúdos específicos da área, e ainda dá pouca abertura para assuntos que estão voltados à formação de professores de forma geral. Isso pode ser visto nos Projeto Pedagógico dos Cursos - PPCs, dado que na Pedagogia há de dois a quatorze componentes que se dispõem a trabalhar a temática da diversidade, enquanto nas licenciaturas em Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas, que abarca as Ciências Exatas e Naturais, há de uma a três disciplinas trabalhando sob tal perspectiva.

Ademais, embora houvesse todos esses impasses que dificultavam a adaptação nos currículos de formação em prol da inserção das diversidades sugeridas na Resolução 2/2015 (BRASIL, 2015), todos os docentes entrevistados realçaram que é de suma importância que sejam discutidas essas temáticas no decorrer da formação de professores a fim de que estejam aptos para trabalhar com a diversidade em sala de aula, nas escolas.

A fala de alguns professores nos fez compreender que a familiaridade com tais temáticas, seja em um âmbito profissional, como pessoal, dava ao professor melhor compreensão e desenvoltura para discuti-las em sala de aula. Por sua vez, para que os professores se sintam convidados a trazer para o estudo em suas aulas, é necessário que a condição de diálogo seja possível e um espaço de acolhimento também se dê para quem ainda não se sinta seguro em abordar esses temas. Embora sejam tempos difíceis politicamente, o tempo de formação profissional precisa ser menos restrito às possibilidades temáticas de formação.

Finalizando, sem a ideia de concluir

Por fim, a partir desse trabalho inferimos que a diversidade deve estar inserida nos currículos de formação inicial de professores, visto que ela está presente nas salas de aulas, onde irão atuar. Para tanto, isso se faz necessário dado que podem surgir situações adversas, como discursos discriminatórios e preconceituosos, onde os docentes poderiam agir de forma mais segura para lidarem da melhor maneira.

Assim, considerando que para formar cidadãos autônomos, capazes de produzir um olhar crítico, não discriminatório, é imprescindível que os professores que irão mediar esse conhecimento devem estar aptos a discutir e apresentar tais temáticas como curiosos e

pesquisadores junto com os estudantes. A primeira questão que se coloca é estar aberto, disposto a enfrentar junto com a turma, criando disposições também naqueles que serão professores. A segunda questão que se apresenta é pensarmos em formação para os formadores com os temas das diversidades, ampliando assim, os repertórios que, muitas vezes, são apenas do conhecimento da área específica de atuação. O conhecimento profissional docente e a “formação de um profissional não se limita à aquisição de determinados conhecimentos ou determinadas competências, implica vivências, interações, dinâmicas de socialização, a apropriação de uma cultura e de um *ethos* profissional”, como aponta António Nóvoa (2022, p.15). Precisa Currículos mais abertos durante a formação levarão a planejamentos também mais abertos nas escolas, em momentos importantes do desenvolvimento dos adolescentes e jovens adultos ou ainda, adultos que voltem para finalizar a etapa fundamental de sua escolarização.

Precisamos enfrentar um trabalho comum em que está em formação inicial, preparando-se para ser professor e, aqueles que já estão na profissão. É urgente um projeto de formação que não dispense ninguém. Um projeto coletivo onde participam as escolas, os professores e as universidades. Uma formação que produz um conhecimento coletivo e público, compartilhando com Nóvoa (2022).

Na perspectiva de tornar público um conhecimento produzido pela investigação com professores e os desafios das questões e temas das diversidades concluímos, o que chamamos do início de um estudo longitudinal, para continuar acompanhando mais uma mudança no imaginário social do país, organizamos um relatório que será socializado em apresentação virtual pelo canal do You tube. Como continuidade, aprofundando o que podemos chamar da dimensão de *acompanhamento e avaliação* das políticas públicas de formação, seguiremos com a significativa aprendizagem, também para os formadores de professores, que é o trabalho colaborativo de pesquisa em rede.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1º julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>.

Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. CNE. **Resolução** CNE/CP nº 2, de 19 dezembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. CNE. **Resolução** CNE/CP nº 1, de 18 fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2002. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 21 de junho de 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III** – o mundo fragmentado. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**: a posição da filosofia na sociedade. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

JOSSO, M. C. Experiências de vida e formação. 2.ed. Natal: EDUFNR, 2010.

KESSLER, Cláudia Samuel; SOARES, Josiane Martins e BORGES, Zulmira Newlands. “Curso de Formação Continuada em Gênero e Diversidade”: um espaço de ensino e de aprendizagem conjunta. In: MACHADO, Gabriella Eldereti e OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. (Orgs.) **Temas Emergentes à Educação**: docências em movimento no contexto atual. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. v.1.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NÓVOA, António. Conhecimento Profissional Docente e Formação de Professores. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED: **Revista Brasileira de Educação**. V.27. e. 270129, 2022.

PINEAU, Gaston. Histórias de Vida e Alternância. In: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.) **Memória, (auto)biografia e diversidade**: questões de método e trabalho docente. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil. 2019.